PESSOAL DE VERBAS GLOBAIS — AUMENTO DE SALÁRIO

— Critérios sobre aplicação do Decreto n.º 39.017, de 1956.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO P. R. N.º 27.515-56

Presidência da República. Departamento Administrativo do Serviço Público. E. M. n.º 431, de 21 de junho de 1956, submetendo à consideração presidencial processo em que o Ministério da Educação e Cultura consulta sobre a aplicação do Decreto n.º 39.017, de 11 de abril de 1956, que dispõe sobre o pessoal pago à conta de dotações globais. “De acôrdo. Publique-se esta Exposição de Motivos. 3-7-56”. (Enc. proc. MEC em 4-7-56).

*

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Trata o presente processo, submetido a exame dêste Departamento pelo Ministério da Educação e Cultura, de consulta sobre a aplicação do Decreto n.º 39.017, de 11 de abril de 1956, que dispõe sobre o pessoal pago à conta de dotações globais, e dá outras providências.

2. Indaga aquêle Ministério:

“1.º) Em face do disposto no § 2.º do art. 1.º do Decreto n.º 39.017, de 11 de abril de 1956, como será calculada a percentagem do aumento para assalariados que, exercendo função tabelada em 31-12-55, foram reconduzidos em função diferente com maior salário. A percentagem ao aumento recairá sobre o salário pago em 31-12-55, adicionado ao novo salário ou diretamente sobre o novo salário?

2.º) Os assalariados admitidos a partir de 1.º de janeiro de 1956 em funções criadas em tabelas, devidamente aprovadas, pelo Ministro de Estado, antes da proibição presidencial, têm direito ao aumento pelo Decreto citado?

3.º) Assalariados horistas, admitidos para prestação de serviço antes de 1-1-955, têm direito ao aumento, embora trabalhem 28 horas semanais?

3. Estabelece o Decreto n.º 39.017, de 1956:

“Art. 1.º O salário do pessoal admitido por conta de dotações globais consignadas na antiga Verba 3 — Serviços e Encargos, será fixado de acôrdo com a seguinte tabela:

.....
§ 1.º Para aplicação das percentagens previstas neste artigo, tomar-se-á como base as folhas de pagamento do mês de dezembro de 1955.

§ 2.º Os salários resultantes do disposto neste artigo beneficiarão apenas os assalariados cuja duração de trabalho obedece ao número de horas fixado pelo Decreto n.º 26.299, de 31 de janeiro de 1949, e, em nenhuma hipótese, poderão exceder o vencimento ou salário correspondente aos níveis iniciais de cargo ou função análoga do Serviço Público Federal” (o grifo não é do original).

4. Pelo dispositivo transcrito, verifica-se que a melhoria ali prevista só beneficia os assalariados que, na data da

publicação do Decreto n.º 39.017, de 1956, se encontrassem no exercício de funções criadas até 31 de dezembro de 1955. O cálculo do aumento toma por base as fôlhas de pagamento daquele mês, o que, evidentemente, exclui dessa melhoria os ocupantes de funções criadas posteriormente. Quanto ao ocupante, de função criada até 31-12-55, prevalecem, entretanto, os critérios diferenciais previstos na tabela que acompanha o art. 1.º, segundo os quais o aumento percentual será maior ou menor conforme a admissão se tenha verificado antes ou depois de 1.º de fevereiro de 1955.

5. Por outro lado, há um limite superior para o salário decorrente do aumento concedido pelo Decreto número 39.017, de 1956; o teto, na hipótese, não pode exceder o vencimento ou salário correspondente aos níveis iniciais de cargo ou função análoga do Serviço Público Federal.

6. Quanto ao mérito do assunto, a norma geral é de que farão jus ao aumento todos os assalariados incluídos em fôlha de pagamento de dezembro de 1955, e reconduzidos em 1956 e dêle estão excluídos os admitidos posteriormente em função criada em tabela regularmente aprovada, conforme determina a Lei n.º 1.765, de 1952, para vigorar no exercício de 1956.

7. Os incluídos em fôlha de dezembro de 1955 fruirão os benefícios do Decreto citado, quer sejam reconduzidos, em 1956, na mesma ou outra situação e, neste caso, em função diversa com o mesmo ou outro salário ou na função idêntica ainda que seja com salário mais elevado.

8. Portanto o assalariado reconduzido em função diferente com maior salário — hipótese esta que constitui a 1.ª indagação — passará a receber, em 1956, a quantia seguinte: percentagem calculada sobre a importância da fôlha de pagamento de dezembro de 1955 e mais o salário majorado em que foi

reconduzido, incluídos os abonos, se houver.

9. Conseqüentemente, fazem jus à melhoria todos os assalariados que ocupam funções previstas em fôlha de pagamento de dezembro de 1955. Na espécie, pois, o critério fundamental se refere ao ocupante e não propriamente à função ou aos salários pois estes, como se viu, embora alterados, em 1956, não retiram o direito ao aumento.

10. Quanto ao 2.º quesito, a resposta implicitamente está contida nos termos das explicações anteriores; com efeito, o admitido em janeiro de 1956 não preenche a condição fundamental que é de figurar em fôlha de pagamento de dezembro de 1955. Logo, não perceberá o aumento em causa.

11. Por último, quanto à 3.ª indagação, este Departamento, em princípio, é de parecer que pessoal horista que trabalha 28 horas semanais está excluído da melhoria concedida pelo Decreto n.º 39.017. O assunto deve ser examinado à vista do que estabelece o § 2.º do art. 1.º, transcrito no item 3, segundo o qual são beneficiados apenas os assalariados cuja duração de trabalho obedeaça ao número de horas fixado pelo Decreto n.º 26.299, de 31 de janeiro de 1949.

12. Nestas condições, este Departamento, ao submeter o assunto à elevada decisão de Vossa Excelência, tem a honra de opinar por que sejam aprovados os entendimentos e critérios fixados nesta exposição de motivos, que deve ser publicada integralmente, no *Diário Oficial*, para conhecimento dos demais órgãos interessados na matéria, podendo a seguir, o processo ser encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura, para os devidos fins.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *João Guilherme de Aragão*, Diretor-Geral.